

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário CRL

A CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, CRL sempre pautou a sua atividade pela transparência e segurança no tratamento dos dados pessoais, estando comprometida em proteger e assegurar a privacidade e confidencialidade dos dados que lhe são confiados para a prestação de serviços de excelência.

A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados tem como objetivo dar a conhecer a forma como os dados pessoais são tratados no desenvolvimento e realização das atividades da CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário CRL.

A Política de Privacidade e Proteção De Dados Pessoais está organizada da seguinte forma:

- 1) Âmbito
- 2) Definições
- 3) Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais
- 4) Encarregado de Proteção de Dados
- 5) Princípios Aplicáveis à Proteção dos Dados Pessoais
- 6) Os Dados Pessoais e o seu Tratamento
- 7) Recolha dos Dados Pessoais
- 8) Finalidades do Tratamento
- 9) Licitude do Tratamento
- 10) Conservação dos Dados Pessoais
- 11) Partilha de Dados Pessoais
- 12) Fluxos Internacionais de Dados Pessoais
- 13) Os Direitos na Proteção de Dados Pessoais
- 14) Reclamação Junto da Autoridade de Controlo
- 15) Medidas de Segurança
- 16) Confidencialidade
- 17) Cookies
- 18) Atualizações à Política de Privacidade e proteção de dados

1. Âmbito

A presente Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais aplica-se exclusivamente ao tratamento de dados pessoais efetuados pela CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário CRL.

2. Definições

Para efeitos da presente política de privacidade e proteção de dados pessoais, dever-se-á entender por:

- **Dados pessoais** - informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»);
- **Tratamento** - uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados.
- **Responsável pelo tratamento** - a pessoa coletiva que determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais;
- **Subcontratante** - uma pessoa singular ou coletiva, a autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes;
- **Autoridade de controlo** - uma autoridade pública independente criada por um Estado-Membro;

3. Responsável pelo tratamento dos seus Dados Pessoais

A CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico Universitário CRL, com o NIPC 501 577 840, com sede na Rua Central de Gandra, 1317, 4585-116 Gandra PRD, Portugal, doravante abreviadamente designada por CESPU, é a responsável pelo tratamento dos dados pessoais nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e da restante legislação sobre proteção de dados pessoais em vigor, uma vez que é quem determina as finalidades e os meios de tratamento dos dados pessoais.

Poderá contactar a CESPU através dos seguintes meios:

Endereço Postal: Rua Central de Gandra, 1317, 4585-116 Gandra PRD | Portugal,

Telefone: +351 224 157 100

Fax:+351 224 157 102

Email: info@cespu.pt

4. Encarregado da Proteção de dados

A CESPU procedeu à nomeação de um encarregado da proteção de dados pessoais (EPD), também denominado por Data Protection Officer (DPO), o qual assume uma fundamental função no seio da CESPU, nomeadamente, no acompanhamento das atividades de tratamento de dados realizadas e na garantia da respetiva conformidade legal.

Poderá contactar o nosso Encarregado de Proteção de Dados (Data Protection Officer) através do endereço postal Rua Central de Gandra, 1317, 4585-116 Gandra PRD | Portugal, e/ou através do endereço do correio eletrónico: protecao.dados@cespu.pt.

5. Princípios aplicáveis à proteção dos seus Dados Pessoais

O Tratamento dos dados Pessoais na CESPU é efetuado de acordo com os princípios gerais enunciados no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (“RGPD”), nomeadamente:

- Princípio da Licitude, lealdade e transparência - no contexto da relação estabelecida, a CESPU assegura que os Dados Pessoais serão tratados de forma lícita, leal e transparente;
- Princípio da limitação das finalidades – a CESPU recolhe os dados pessoais para finalidades determinadas, explícitas e legítimas e não trata posteriormente os mesmos dados de uma forma incompatível com essas finalidades;
- Princípio da minimização dos dados – A CESPU assegura que apenas são tratados os dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao estritamente necessário às finalidades.
- Princípio da exatidão – A CESPU adota as medidas adequadas para que os dados pessoais inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora;
- Princípio da conservação – A CESPU conserva os dados pessoais de forma que permita a sua identificação apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais são tratados;
- Princípio da integridade e confidencialidade – A CESPU assegura que os dados pessoais são tratados de forma que garanta a sua segurança, incluindo a proteção contra o seu tratamento não autorizado ou ilícito e contra a sua perda, destruição ou danificação acidental, adotando as medidas técnicas ou organizativas adequadas.

6. Os dados pessoais e o seu tratamento

Como referido anteriormente, entende-se por “Tratamento” como uma operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição.

Assim, a CESPU, no desenvolvimento das suas atividades, poderá tratar as seguintes categorias de dados pessoais:

CATEGORIAS DE DADOS PESSOAIS	DADOS PESSOAIS - (lista exemplificativa)
Dados Identificativos e contacto	Nome, Apelido, Número do Cartão de Cidadão, Número de Identificação Fiscal, Número da Segurança Social, Número de Passaporte, Morada, Contactos Telefónicos, Endereço de Email, Filiação, Dados da Carta de Condução, Estado Civil, Agregado Familiar, Data de Nascimento, Local de Nascimento, Idade, Género, Nacionalidade
Dados Académicos	Graus Académicos, Percurso Académico, N ^o Mecnográfico.
Dados Profissionais	Categoria Profissional, Profissão, Posto de Trabalho, Percurso Profissional
Dados Económicos, Financeiros e de Seguros	Rendimentos, Investimentos, Bens Patrimoniais, Créditos, Empréstimos, Dados Bancários, Planos de Reforma ou Aposentação, Impostos, Dados de Seguros, Hipotecas, Penhoras, Subsídios, Benefícios, Historial de Crédito, Transações Financeiras, Compensações, Indeminizações.
Dados de Saúde	Boletim de vacinas, baixas médicas

Outros dados Especiais	Origem racial ou étnica, convicções religiosas ou filosóficas, filiação sindical, dados biométricos
-------------------------------	---

7. Recolha dos dados Pessoais

A CESPU recolhe dados pessoais presencialmente, por telefone, por escrito ou através de sistemas informáticos. Os dados pessoais recolhidos são tratados quer por meios não automatizados (por exemplo, ficheiros manuais), quer por meio automatizados (informaticamente).

Essa recolha é sempre feita no estrito cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais.

8. Finalidades do tratamento dos seus dados Pessoais

O desenvolvimento e realização das várias atividades prosseguidas pela CESPU, significam a existência de um conjunto relevante de finalidades específicas, explícitas e legítimas para o tratamento dos dados pessoais.

Dessa forma, poderá ser necessário tratar dados pessoais para várias finalidades, destacando desde já:

- Prestação de Serviços de Ensino;
- Prestação de Serviços de Formação;
- Gestão de Alunos;
- Gestão de Formandos;
- Gestão Académica;
- Gestão Contabilística, Administrativa e Fiscal;
- Gestão de Recursos Humanos;
- Atividades de Comunicação, Comerciais e Marketing;
- Proteção de Pessoas e Bens;
- Gestão de Comunicações Eletrónicas;
- Investigação Científica ou Análise de Informação Estatística;
- Gestão de Contencioso;
- Cumprimento de Requisitos e Obrigações Legais e/ou Contratuais;
- Entre outras.

9. Licitude de Tratamento

Por referência ao “Princípio da Licitude” consagrado na legislação de proteção de dados pessoais, a CESPU no desenvolvimento e realização das suas atividades, só trata dados pessoais quando existir um fundamento de licitude que legitime o tratamento, nomeadamente:

- a) **Consentimento**, ou seja, quando o titular dos dados tiver dado o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas” (artigo 6º, nº1, aliena a) RGPD).
- b) **Contratual (Execução do contrato ou diligências pré-contratuais)**, quando o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados” (artigo 6º, nº1 aliena b) RGPD).
- c) **Obrigação Jurídica**, quando o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”, (Artigo 6º, nº 1, aliena c) RGPD).
- d) **Defesa de Interesses Vitais**, quando o tratamento for necessário para a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou de outra pessoa singular” (Artigo 6º, nº1, aliena d) RGPD).
- e) **Interesse ou Autoridade Pública**, quando o tratamento for necessário ao exercício de funções de interesse público ou ao exercício da autoridade pública de que está investido o responsável pelo tratamento” (artigo 6º, nº 1, aliena e) RGPD).
- f) **Interesses Legítimos**, quando o tratamento for necessário para efeito dos interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança.” (artigo 6º, nº1, alínea f) RGPD).

10. Conservação dos Dados Pessoais

A CESPU conserva os dados pessoais apenas pelo período de tempo necessário à execução das finalidades específicas para as quais foram recolhidos.

Mas poderá acontecer que, a CESPU seja obrigada a conservar alguns dados pessoais por um período mais longo, tomando em consideração fatores como:

- Obrigações legais de conservação por um determinado período;
- Obrigações contratuais e/ou interesse legítimo da CESPU;
- (eventuais) Litígios; e,

- Orientações emitidas pelas autoridades de proteção de dados competentes.

Mas, e assim que os dados já não sejam necessários, serão anonimizados ou destruídos / eliminados de forma segura.

11. A Partilha de Dados Pessoais

A CESPU, em algumas situações poderá partilhar os dados pessoais internamente com outras organizações do seu grupo. Nesses casos, é sempre exigido que tenham em vigor as medidas de segurança adequadas para proteger os dados pessoais.

Também, a CESPU poderá partilhar dados pessoais com subcontratantes, ou seja, entidades encarregues da prestação de serviços. As entidades encarregues da prestação de serviços estão vinculadas à CESPU por contrato escrito, apenas podendo tratar dados pessoais para os fins especificamente estabelecidos e não estão autorizadas a tratar os dados pessoais, direta ou indiretamente, para qualquer outra finalidade, em proveito próprio ou de terceiros.

A partilha também poderá ocorrer em cumprimento de obrigações legais e/ou contratuais, sendo os dados pessoais transmitidos a autoridades judiciais, administrativas, de supervisão ou regulatórias, ou outros.

12. Fluxos Internacionais de Dados Pessoais

A CESPU poderá transferir dados pessoais para fora do Espaço Económico Europeu ("EEE"), para localizações que poderão não garantir o mesmo nível de proteção. Quando isso acontece, a CESPU apenas transfere os dados pessoais por meio de:

- Regras vinculativas (binding corporate rules);
- Quando a transferência for feita para uma localização ou através de um método ou em circunstâncias que a Comissão Europeia considere garantirem a proteção adequada dos Dados Pessoais;
- Quando tiver implementado cláusulas-tipo de proteção de dados adotadas pela Comissão Europeia ou por uma autoridade de proteção de dados competente; ou,
- Quando nenhuma das opções anteriores se aplicar, mas, ainda assim, a lei autorizar essa transferência, por exemplo, se a mesma for necessária para a declaração, o exercício ou a defesa de um direito num

processo judicial.

13. Os Direitos na Proteção de Dados Pessoais

Na qualidade de titular dos dados pessoais, e em determinadas circunstâncias, poderá exercer os seus direitos, respetivamente:

- O Direito à prestação de informação sobre como é que são usados os seus dados pessoais e quais são os seus direitos de forma clara, transparente e facilmente compreensíveis;
- Direito de Acesso, ou seja tem o direito de obter da CESPU a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de aceder aos seus dados pessoais e obter informação sobre os dados pessoais que são tratados;
- Direito de retificação, se os seus dados estiverem incorretos ou incompletos, poderá solicitar que sejam tomadas medidas razoáveis para os corrigir;
- Direito ao apagamento dos dados, também é conhecido como o “direito a ser esquecido” permite-lhe solicitar o apagamento ou eliminação dos seus dados, desde que não existam fundamentos válidos para que a CESPU continue a usá-los. Uma vez que não se trata de um direito absoluto admitem-se exceções (por exemplo, sempre que esses dados sejam necessários para a defesa de um direito num processo judicial).
- Direito à limitação do tratamento, mais concretamente, a limitação da forma como utilizamos os seus dados pessoais.
- Direito à portabilidade dos dados, o direito de obter e reutilizar determinados dados pessoais para os seus próprios fins em várias organizações. Este direito aplica-se apenas aos dados que tenha fornecido a CESPU, e que a CESPU trata com o seu consentimento ou no âmbito de um contrato, e os que sejam tratados por meios automatizados.
- Direito à oposição, o direito de se opor a determinados tipos de tratamento, por motivos relacionados com a sua situação particular. A CESPU poderá continuar a tratar esses Dados se puder fazer prova de “razões legítimas preponderantes para o Tratamento que se sobreponham aos seus interesses, direitos e liberdades” ou se esses Dados forem necessários para o estabelecimento, o exercício ou a defesa de um direito num processo judicial.

Poderá, e a qualquer momento, por escrito, exercer os direitos consagrados nesta política de privacidade e proteção de dados, bem como todos os demais previstos em legislação aplicável de proteção dos dados através do email: protecao.dados@cespu.pt ou através dos formulários eletrónicos disponíveis em

www.cespu.pt.

14. Reclamação junto da autoridade de controlo

Caso esteja insatisfeito com a forma como são tratados os seus dados pessoais poderá apresentar reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) – Endereço: Rua de São Bento, 148 – 3º, 1200-821 Lisboa – Telefone: +351213928400 – Fax: +351213976832 – Endereço eletrónico: geral@cnpd.pt.

15. Medidas de segurança

A CESPU tem implementado um conjunto de medidas de segurança, alinhadas com as melhores práticas nacionais e internacionais, de modo a proteger os dados pessoais. Isso inclui controlos tecnológicos, medidas administrativas, técnicas, físicas e procedimentos que garantem a proteção dos dados pessoais, impedindo a sua utilização indevida, o acesso e divulgação não autorizada, a sua perda, a sua alteração indevida ou inadvertida, ou a sua destruição não autorizada.

A CESPU e no que concerne a segurança da informação assume o mesmo compromisso de melhoria contínua pelo qual pauta a sua atividade.

De entre outras, destacamos as seguintes medidas implementadas:

- Acesso restrito aos dados pessoais apenas por quem deles necessita;
- Armazenamento e transferência de dados pessoais de forma segura;
- Proteção dos sistemas de informação para impedir o acesso não autorizado aos dados pessoais;
- Implementação de mecanismos que garantem a salvaguarda da integridade e da qualidade dos dados pessoais;
- Monitorização permanente dos sistemas de informação, com o objetivo de prevenir, detetar e impedir o uso indevido dos dados pessoais;
- Redundância de equipamentos de armazenamento, processamento e comunicação de dados pessoais, para evitar perda de disponibilidade;
- Entre outras.

16. Confidencialidade

A CESPU não vende, aluga, distribui, nem disponibiliza comercialmente ou de outra forma os dados pessoais a nenhuma entidade terceira, exceto nos casos em que necessita partilhar informação para os fins estabelecidos nesta

Política de Proteção de Dados e de Privacidade.

A CESPU preserva a confidencialidade e integridade dos Dados Pessoais e protege-os em conformidade com esta Política de Proteção de Dados e de Privacidade e todas as leis em vigor

17. Cookies

A CESPU recorre a cookies para recolha de informação acerca da utilização do website. Sempre que utilizar o website, a CESPU trata os Dados Pessoais recolhidos através da utilização de cookies em conformidade com a nossa política de cookies.

Para mais informações sobre a utilização de cookies, aconselhamos a leitura e análise da Política de Cookies e a consulta regular da mesma para verificar as versões mais atualizadas.

18. Atualizações a Política de Privacidade e proteção de dados

A presente Política de Privacidade poderá ser oportunamente atualizada. Essas atualizações serão objeto de divulgação.